

19 NOV 2013

## GAZETA DO POVO

» POLÊMICA

# Supremo mantém veto ao feriado da consciência negra

Após decisão judicial que suspendeu o recesso, bancos, órgãos públicos e a maioria das escolas da capital abrirão normalmente

*Rosana Félix e Thomas Rieger,  
especial para a Gazeta do Povo*

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem à noite o pedido de liminar da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) para cassar a decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná que cancelou o feriado do Dia da Consciência Negra na capital. A data será comemorada pela primeira vez na cidade amanhã.

Mesmo com os apelos do presidente da CMC, Paulo Salamuni (PV), que foi a Brasília pessoalmente pedir a revisão da decisão do

TJ, Mendes considerou insuficientes os argumentos apresentados para restaurar o recesso municipal imediatamente. Agora, a Câmara vai aguardar o julgamento do mérito da ação, o que deve levar mais tempo.

Com a decisão do STF, a capital paranaense se junta a outras 500 cidades brasileiras que comemoram a data sem paralisação das atividades usuais. Em Londrina, o feriado também foi cancelado, segundo decisão tomada ontem pelo TJ.

O Dia da Consciência Negra em Curitiba será marcado por eventos culturais e musicais, além do expediente normal em bancos, empresas, órgãos públicos e na maioria das escolas. Dentre os órgãos públicos, a única exceção é a CMC. Salamuni decretou ponto facultativo, uma iniciativa para ressaltar o apoio ao feriado.

As instituições de ensino particulares de Curitiba vão funcionar normalmente. "É preciso ressaltar que cada escola é livre para esta-

belecer seu calendário, mas mandamos uma recomendação, com parecer jurídico, para que sejam mantidas as aulas regulares, considerando que é época de provas do quarto bimestre e há uma grande demanda escolar", explicou o presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe), Jacir Venturi.

Até ontem à tarde não havia definição sobre o recesso nas escolas municipais.

### Homenagem

O Dia da Consciência Negra foi inserido no calendário oficial de Curitiba neste ano e será comemorado pela primeira vez, mas sem recesso. A data é uma homenagem a Zumbi dos Palmares, um dos líderes na luta pela liberdade dos negros, morto em 20 de novembro de 1695.

A prefeitura de Curitiba programou uma série de apresentações culturais e musicais durante todo o dia, com concentração na Praça Zumbi dos Palmares, no bairro Pinheirinho.

# 19 NOV 2013

## GAZETA DO POVO

### NO PAÍS

**Data é lembrada em 1.050 cidades; cinco ficam no Paraná**

Um grupo de 1.050 cidades já instituiu o Dia da Consciência Negra em seus calendários oficiais, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do governo federal. Mas o feriado só ocorre em metade delas. De acordo com informações da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os bancos estarão fechados em aproximadamente 540 municípios, dos quais três no Paraná: Guarapuava (Região Centro-Sul), Rolândia (Norte) e São Jerônimo da Serra (Norte Pioneiro).

Em Londrina, o feriado, comemorado desde 2010, foi suspenso ontem, por decisão do Tribunal de Justiça (TJ). A ação foi proposta pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) com os mesmos argumentos usados pela Associação Comercial do Paraná para derubar a lei de Curitiba: a Lei Federal nº 9.093/95 prevê que o município só pode criar feriados religiosos, limitados a quatro, e o único feriado civil permitido é o dia da fundação da cidade.

Entre as capitais, seis terão feriado amanhã: Maceió, Manaus, Macapá, Cuiabá, Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, há Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando as leis do Rio de Janeiro e de São Paulo.



### **Monumento a Zumbi sofre ataque no RJ**

Às vésperas do Dia da Consciência Negra, o monumento em homenagem ao símbolo de resistência à escravidão, Zumbi dos Palmares, amanheceu pichado ontem, no Rio de Janeiro. A estátua e o pedes-

tal, instalados na Avenida Presidente Vargas, receberam inscrições em tinta branca. A Polícia Civil investiga o caso. Imagens de câmeras de segurança que ficam próximas ao monumento foram solicitadas para tentar identificar os pichadores. Funcionários da prefeitura trabalharam por duas horas para retirar a tinta. Esta foi a sexta vez neste ano que o monumento foi alvo de ataques.

19 NOV 2013

# GAZETA DO POVO

## SÍNTESES – O FERIADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

### Um direito constitucional

Edson José Ramon

**A** entidade de classe do setor empresarial, que representa milhares de estabelecimentos de todos os portes e ramos diversificados de atividade, está plenamente consciente da justificativa da Ação Direta de Inconstitucionalidade, protocolada no Tribunal de Justiça do Paraná, questionando a promulgação da lei municipal que transforma o dia de amanhã no feriado da Consciência Negra.

Mesmo sem o julgamento do mérito, o Órgão Especial do TJ aprovou, por 17 votos a favor e cinco contrários, a concessão em caráter liminar da suspensão dos efeitos da Lei 14.224/13, desta forma tornando sem efeito a promulgação do referido feriado. Trata-se, portanto, de pronunciamento soberano do Poder Judiciário, ao qual não cabe a menor crítica, considerada a evidente falta de legitimidade constitucional de uma lei que flagrantemente pretendeu colocar-se acima de seu nível de competência, concorrendo com a própria União.

Em nenhum momento houve qualquer demonstração de menosprezo à dignidade humana, social e cultural e, tampouco, a negação do efetivo contributo do povo negro ao desenvolvimento do Paraná e do Brasil. Ao contrário, em todas as manifestações públicas do setor empresarial sempre esteve claro o apreço à presença do negro na história brasileira, bem como o reconhecimento do legado heroico de Zumbi dos Palmares, o inspirador da consciência negra.

Somos inteiramente favoráveis à ideia de que esse dia seja dedicado a uma profunda reflexão histórico-cultural sobre a integração de afrodescendentes na sociedade brasileira, bem como à realização de atos públicos destinados a evocar a memória de seres humanos que no passado foram aviltados pela cor da pele. E essa posição é também propícia para que se reflita, por exemplo, na situação vivida por índios, imigrantes pobres e milhões de outros cidadãos vitimados pela desigualdade social.

A ADI interposta pela ACP e pelo Sinduscon-PR seguiu o curso normatizado pela ordem jurídica vigente no país, alertando as autoridades e a sociedade para as perdas econômicas com o fechamento das portas da indústria, comércio e serviços em mais um dia, mormente num calendário já repleto de dias parados e, mais, no período propriamente dito de abertura da temporada de fim de ano, para a qual os empresários se preparam investindo recursos em renovação de estoque, inovação dos métodos de atendimento e facilidade de acesso aos produtos procurados. Além do fato óbvio de que a prefeitura perderá muito com a queda na arrecadação de impostos.

Não é justo, portanto, que um setor responsável pela geração de milhares de empregos se veja cerceado, mesmo sob a alegação de resgate histórico, no cumprimento da relevante função que, em primeiríssimo lugar, é quesito imprescindível à distribuição de renda e ao progresso econômico.

Diante das informações dando conta de que a Câmara Municipal entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), visando à cassação da liminar concedida à ACP e ao Sinduscon-PR, ratifica-se a convicção de que, quaisquer que sejam as circunstâncias, estas entidades têm como único objetivo o melhor para a nossa cidade. Contudo, é pacífico o entendimento de que a Câmara está impedida, do ponto de vista constitucional, de produzir legislação que estabeleça feriados cívicos, além dos já fixados pela legislação federal.

À luz desse paradigma, as entidades inconformadas com a decretação de mais um feriado nada mais fizeram que reivindicar um direito constitucional líquido e certo. Nada além disso.

Edson José Ramon, empresário, é presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP).

## **Feriado de 20 de novembro: uma conquista para Curitiba**

*Luiz Carlos Paixão da Rocha*

No dia 12 de novembro, Curitiba presenciou uma manifestação inédita. Centenas de lideranças representando o movimento social negro, movimentos sociais e centrais sindicais estiveram na frente do Tribunal de Justiça e da Associação Comercial do Paraná para mostrar o repúdio à decisão judicial que suspendeu, em caráter liminar, o feriado de 20 de novembro. O feriado instituído através de lei municipal nos colocou na vanguarda de uma agenda nacional que visa resgatar, mesmo timidamente, uma dívida histórica (econômica e simbólica) com a população negra, que ainda sofre os danos da escravização.

Com o fim do escravismo criminoso, os negros que aqui viviam foram jogados à própria sorte. O Estado brasileiro não os integrou ao novo modelo de produção econômica pós-abolição. E, enquanto fechava as portas para os ex-escravos, investia pesadamente na política de migração de europeus. Famílias europeias receberam terras e passagens para, aqui, organizar suas vidas. Esta ação fazia parte de uma estratégia de “embranquecimento” da nossa população. A elite acreditava que quanto mais branca a nação, mais desenvolvida — crença oriunda das justificações ideológicas efetuadas para a naturalização da escravização de africanos. Razões que desumanizaram e inferiorizaram os negros. O resultado é visível e os indicadores não mentem. Entre os mais pobres, a população negra é maioria. Segundo o Dieese, o salário de um negro é, em média, 36,11% menor que o de um não negro.

Atualmente, a data é comemorada em mais de mil municípios, como São Paulo e Rio de Janeiro. No Paraná, temos o feriado em Londrina e Guarapuava. Isso demonstra, por si só, a fragilidade do

argumento de inconstitucionalidade apresentado pela ACP e pelo Sinduscon à Justiça. Em relação ao argumento dos prejuízos financeiros, faço minhas as palavras da jovem advogada Mariana Costa, que ingressou no curso de Direito da UFPR através das cotas raciais: “Também por motivos econômicos, por mais de 300 anos os negros foram sequestrados de suas terras, comercializados e coisificados. (...) Entendemos que os tais motivos econômicos se confundem tão profundamente com o racismo enraizado na nossa sociedade”.

Embora Curitiba seja reconhecida como capital europeia, ela é, também, a capital mais negra do Sul do país. O último Censo do IBGE, de 2010, aponta uma população negra (pretos e pardos) de aproximadamente 20%. Aqui, temos descendentes de italianos, alemães, poloneses, ucranianos, japoneses etc. Importantes grupos que têm seus feitos registrados pela estrutura do estado em festivais, bosques e praças. Essa é uma política pública valorativa, com a qual concordo plenamente. Porém, pouco se vê de políticas valorativas da presença negra.

Acredito que uma das marcas para avaliar o avanço civilizatório de um povo é a sua capacidade de enfrentar qualquer tipo de preconceito. Desta forma, o feriado de 20 de novembro é um presente para as futuras gerações de curitibanos. Ao comemorar o herói negro Zumbi dos Palmares, comemoramos a luta do povo brasileiro por justiça e igualdade. Estamos comemorando a humanidade. A postura da ACP e do Sinduscon é retrógrada, pois desconsidera os avanços democráticos da sociedade e coloca a lógica do lucro acima da lógica civilizatória. Por isso, não desistiremos do direito de comemorar a nossa história.

**Viva Zumbi! Viva o povo brasileiro!**

**Luiz Carlos Paixão da Rocha**, mestre em Educação pela UFPR, professor da rede estadual e diretor de Comunicação da APP-Sindicato, é integrante do movimento social negro do Paraná.

19 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» PRESSÃO

# Após críticas, Justiça transfere petistas para o regime semiaberto

Ministro, Lula, PT, advogados e juristas haviam classificado de “ilegal” a manutenção de Dirceu, Genoino e Delúbio no regime fechado

■ Após muita pressão política e jurídica, a Justiça decidiu ontem à tarde transferir os três ex-dirigentes petistas condenados no processo do mensalão do regime fechado para o semiaberto. Por determinação da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, o ex-ministro José Dirceu, o deputado federal José Genoino e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares deixaram a Penitenciária da Papuda (destinada a presos em regime fechado) e foram levados ao Centro de Internamento e Reeducação, estabelecimento prisional dentro do mesmo complexo penitenciário voltado para condenados ao regime semiaberto — quando o detento apenas dorme na cadeia.

Na sessão da última quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que parte dos condenados no mensalão deveria come-

## SEMIABERTO

é o regime em que o detento só dorme na cadeia. Dirceu, Genoino e Delúbio têm de cumprir esse tipo de pena, mas passaram dia e noite na penitenciária.

çar a cumprir imediatamente suas penas. Nos casos dos três petistas, a pena estabelecida é em regime semiaberto. Mas, desde que eles foram presos, na sexta-feira, os três ficaram detidos durante o dia e a noite. Esse fato levou o PT, o ex-presidente Lula, defensores dos condenados, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e até mesmo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a criticarem a Justiça por estar promovendo prisões ilegais.

“É absolutamente incorreto e, ao meu ver, ilegal que alguém venha a cumprir uma pena em uma situação mais danosa para si do que aquilo que foi determinado pela própria Justiça”, disse Cardozo. Lula seguiu na mesma linha: “Eu estou aguardando que a lei seja cumprida e, quem sabe, eles fiquem em regime semiaberto”.

Somada à pressão política, houve ainda os questio-

namentos jurídicos. A defesa dos três criticaram as prisões. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Wadih Damous, disse que, no caso específico de Genoino, a detenção tem “ilegalidade” e “arbitrariedade” porque seu estado de saúde requer atenção. A manifestação de Damous, porém, causou mal-estar na OAB, que em nota negou que essa fosse a posição da entidade — que não havia discutido o assunto.

## Barbosa no alvo

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, também foi alvo das críticas. Dirigentes do PT subiram o tom nas críticas a ele. O presidente eleito da legenda em São Paulo, Emídio de Souza, classificou a prisão dos petistas, em pleno feriado do 15 de novembro, como um gesto de “vingança” de Barbosa.

CONTINUA

19 NOV 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Líder do PT na Câmara, o deputado José Guimarães, irmão de Genoino, expressou preocupação com o estado de saúde do ex-presidente do partido. Ele disse que a família irá responsabilizar Joaquim Barbosa pelo que acontecer no cárcere com Genoino — ele sofre de problemas cardíacos e passou por uma cirurgia há cerca de três meses. Em sua primeira noite na penitenciária da Papuda, em Brasília, ele chegou a ser atendido devido a uma crise de pressão alta.

“O que acontecer com Genoino, a família responsabilizará o Barbosa. Ele sabe que o Genoino não pode estar onde está. Vamos reagir a essas injustiças. O PT não se calou na ditadura militar e não pode se calar contra essa truculência da toga midiática”, escreveu Guimarães em sua conta no Twitter, no fim da noite de ontem.

### **Efeito**

A pressão surtiu efeito e Barbosa encaminhou o pedido de prisão domiciliar formulado pela defesa de Genoino ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O presidente do STF quer a opinião do Ministério Público Federal antes de decidir se, em função da condição médica do petista, ele deve cumprir a pena de prisão em casa. A análise do caso de Genoino por Barbosa impediu que fossem decretadas ontem novas prisões de condenados no processo do mensalão.

**CONTINUA**

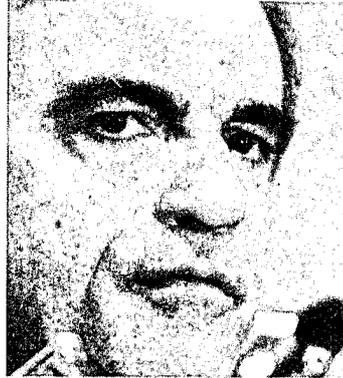
19 NOV 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**“É absolutamente incorreto e, ao meu ver, ilegal que alguém venha a cumprir uma pena em uma situação mais danosa para si do que aquilo que foi determinado pela própria Justiça.”**

José Eduardo Cardozo (dir.), ministro da Justiça.



Luiz Carlos Barbosa/Folhapress



**“Para que botar as pessoas no avião (...), para levar para Brasília, no meio de um feriado? Para cumprir um desejo dele [de Joaquim Barbosa] de prender no dia 15 de Novembro?”**

Ermidio de Souza (esq.), presidente do PT de São Paulo.

**“O que acontecer com Genoino, a família responsabilizará o Barbosa. Ele sabe que o Genoino não pode estar onde está. Vamos reagir a essas injustiças. O PT (...) não pode se calar contra essa truculência da toga midiática.”**

José Guimarães (PT-CE), (dir.), deputado federal e irmão de José Genoino.

José Cruz/ABr



Tânia Rêgo/ABr



**“A sua prisão [de Genoino] em regime fechado (...) configura uma ilegalidade e uma arbitrariedade. Seus advogados já chamaram a atenção para esses dois fatos. Mas, infelizmente, o pedido não foi apreciado na mesma rapidez que a prisão foi decretada”.**

Wadih Damous (esq.), presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ONDE ESTÃO

19 NOV 2013

Os onze mensaleiros presos aguardam definição sobre as penitenciárias em que ficarão definitivamente. Por enquanto, eles permanecem divididos entre o Complexo da Papuda e a Superintendência da PF no Distrito Federal.



## No Complexo Penitenciário da Papuda

- |                        |   |
|------------------------|---|
| ● Marcos Valério       | Transferidos para o Centro de Internamento e Reeducação (CIR) |
| ● Cristiano Paz        |   |
| ● José Roberto Salgado |   |
| ● Ramon Hollerbach     |   |
| ● Romeu Queiroz        |   |
| ● Jacinto Lamas        |   |
| ● José Dirceu          |   |
| ● José Genoíno         |   |
| ● Delúbio Soares       |   |



## Na Superintendência da Polícia Federal

- Simone Vasconcelos
- Kátia Rabelo

## Condições dos mensaleiros na prisão

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, os condenados recebem:

- Alimentação conforme prescrição médica, em marmite de alumínio e colher de plástico.
- Duas horas de banho de sol por dia.
- Banho frio.
- Beliche com colchão de espuma.
- Uma pia.
- Bacia turca no lugar do vaso sanitário (a instalação fica rente ao chão).



## Mandados de prisão

Valdemar Costa Neto  
Pedro Henry  
Roberto Jefferson  
Rogério Tolentino  
Pedro Corrêa  
Bispo Rodrigues  
Vinícius Samarane

## Execução de penas alternativas

Emerson Palmieri  
Pena: restrição de direitos e multa de R\$ 247 mil  
Enivaldo Quadrado  
Pena: restrição de direitos e multa de R\$ 28,6 mil  
José Borba  
Pena: restrição de direitos e multa de R\$ 360 mil

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

# 19 NOV 2013

### CURTAS

Confira outras informações sobre o mensalão:

#### Sem comunicação

➤ O STF ainda não informou oficialmente à Câmara dos Deputados sobre a prisão do deputado federal licenciado José Genoíno (PT-SP). A notificação da corte é o primeiro passo para que a Câmara decida o que fazer com o mandato do petista, que continua deputado, apesar de estar licenciado até janeiro por motivos de saúde.

#### Salário mantido

➤ Genoíno poderá manter o salário como parlamentar mesmo após decisão do STF. Segundo integrantes da diretoria-geral da Câmara, o petista deve manter os rendimentos de R\$ 26.723,13 justamente por estar afastado por questão de saúde.

#### Aposentadoria

➤ O foragido Henrique Pizzolato manterá a aposentadoria mensal de cerca de R\$ 25 mil. Segundo a assessoria de Imprensa da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a instituição continuará creditando a aposentadoria na conta pessoal de Pizzolato e não a transferirá para outra instituição financeira em outro país – a não ser que haja determinação judicial para isso. O que pode ocorrer, porém, é indisponibilidade dos bens para garantir o pagamento da multa aplicada juntamente com a restrição à liberdade.

#### Não é comigo

➤ O Consulado da Itália em Assunção, no Paraguai, informou ontem que não há registro de que Henrique Pizzolato tenha solicitado um passaporte italiano à representação italiana no Paraguai. Pizzolato fugiu para a Itália saindo do Brasil pelo Paraguai.

#### Missão cumprida

➤ O ex-deputado e delator do esquema do mensalão Roberto Jefferson disse ontem que pagou um preço alto, mas que tem a certeza que cumpriu sua missão ao revelar o esquema. Jefferson foi condenado a cumprir pena de sete anos de prisão em regime semiaberto por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. “Se não me arrependi do que fiz, tampouco guardo mágoas. A certeza do dever cumprido me permite esperar com serenidade [a prisão]”, escreveu ele em sua conta no Twitter.

## Defesa de condenado quer anular sessão do Supremo que decretou prisões

! A defesa do ex-tesoureiro do PL (atual PR) Jacinto Lamas entrou ontem com um pedido de anulação da ata da sessão do STF que decidiu pela prisão imediata dos condenados no julgamento do mensalão. Foi a partir da publicação dessa ata que o presidente do STF, Joaquim Barbosa, determinou na sexta-feira a prisão de 12 condenados.

Segundo os advogados de Lamas, a ata não poderia ser publicada porque Barbosa teria prometido colocar em votação no plenário uma proposta de proclamação que deixasse mais clara a decisão tomada pelos ministros sobre quais réus poderiam ser presos.

Além disso, a defesa de Lamas também diz que a ata publicada por Barbosa não está de acordo com a decisão do plenário. Na visão dos advogados, Jacinto não poderia ter sido preso, pois teria direito à apresentação de mais um recurso contra sua condenação.

#### Reclamações

Advogados de praticamente todos os condenados que foram presos na sexta-feira reclamaram da transferência de seus clientes das cidades em que moram (São Paulo e Belo Horizonte) para Brasília. Isso porque a lei permite que eles cumpram pena no município mais perto de onde suas famílias vivem.

19 NOV 2013

# GAZETA DO POVO

## Coluna do leitor

### Mensalão 1

Até no ato de suas prisões merecidas, os mensaleiros José Dirceu e José Genoino ofendem o país ao se declararem "presos políticos". Seus crimes foram investigados pela Polícia Federal sob o comando do ministro da Justiça, do PT. O procurador-geral da República é de indicação do PT e a maioria dos ministros do STF foi nomeada por presidentes que pertencem ao PT. Tudo em casa. Onde estará a influência das "zelites"?

**Geert J. Prange**, Paranaguá – PR

### Mensalão 2

Parabéns ao STF por decretar a prisão dos envolvidos no mensalão. Estava mais que na hora de os políticos corruptos, mentirosos e exploradores do povo brasileiro deixarem o poder. Quem na época da ditadura pregava democracia se tornou, hoje, pior que os militares. Não adianta desenterrar o passado, é necessário viver o presente.

**Tadeu da Silva Raimundo**

### Mensalão 3

Pau que bate em Chico bate em Francisco. Além dos envolvidos com o mensalão petista, gostaria que fossem julgados e condenados também os envolvidos com o "trensão" tucano. Assim poderíamos ver o sistema judiciário agindo de forma imparcial e isenta na tentativa de extinguir a corrupção em nosso país.

**Adriana Lacerda Twerdochlib**

### Mensalão 4

A prisão dos condenados no processo do mensalão é apenas o cumprimento da letra da Constituição. Espero que essas prisões marquem o início do combate à corrupção da tão calosa "democracia" brasileira. Não acredito que as prisões devam funcionar como um mero sinônimo de vingança, e sim como figura de esperança para os brasileiros.

**Clóvis Alberto Bertolini de Pinho**, estudante da UFPR

19 NOV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

# TJ suspende feriado

# em Londrina

## Liminar concedida à Fiep derruba lei municipal que garantia paralisação de trabalho em setores públicos e privados no Dia da Consciência Negra

Fábio Galiotto  
Reportagem Local

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu ontem liminar que suspende o feriado de amanhã, do Dia da Consciência Negra, em Londrina. A decisão vale tanto para setores públicos quanto privados, de qualquer segmento, e acata os argumentos de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Por 12 votos a quatro, a liminar foi concedida pelo Órgão Especial do TJ-PR, presidido ontem pelo desembargador Telmo Cherem. A diferença para as decisões concedidas pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina na semana passada é que não apenas determinadas categorias poderão manter atividades normalmente na data, e sim o feriado é suspenso preventivamente. O efeito é semelhante ao obtido pela Associação Comercial do Paraná (ACP) em Curitiba, na semana passada.

O procurador geral do Município, Zulmar Fachin, afirmou no início da noite de ontem que não poderia comentar o caso sem antes ter acesso à

decisão. Ele também preferiu não opinar se a prefeitura poderia decretar ponto facultativo para amanhã, já que escolas municipais e outros órgãos estavam preparados para o fechamento na data.

Conforme o procurador jurídico da Fiep, Marco Antonio Guimarães, o objetivo da entidade não é contestar a necessidade de debates sobre questões afirmativas do movimento negro no País. "A ação proposta pela Fiep questiona a constitucionalidade da lei municipal que instituiu o feriado, já que a Constituição deixa claro que não é atribuição dos municípios definir feriados de caráter cívico, como o do Dia da Consciência Negra."

No entanto, na visão de José Mendes de Sousa, um dos líderes do movimento negro na cidade, não caberia à Fiep a autoridade de propor uma Adin contra uma lei municipal. "Nos causa estranheza e nos sentimos lesados. Vejo como um posicionamento preconceituoso e racista, porque vários estados têm o mesmo feriado e não enfrentam esse debate pelo fim da data."

No texto da Adin, com data de 30 de outubro, o procurador da Fiep argumentou que

há legitimidade no pedido da entidade por ser um sindicato patronal, com interesse econômico na causa. Segundo ele, a análise do TJ-PR é cautelosa e será seguida de análise de mérito. Porém, não há tempo hábil para recurso contra a suspensão do feriado.

Mendes disse ontem que ganha mais importância o cortejo contra o preconceito racial, marcado para as 9 horas de amanhã, com saída da Concha Acústica em direção ao Calçadão de Londrina.

### Na capital\*

O presidente da Câmara de Curitiba, vereador Paulo Salamuni, e o diretor da Procuradoria Jurídica da Casa, Rodrigo Baptista, foram ontem a Brasília para conversar com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo era tentar reverter a suspensão do feriado na capital paranaense. Eles defendem que o controle de constitucionalidade deveria ocorrer somente na Suprema Corte, e não no TJ. Segundo a assessoria do Legislativo, a expectativa é que a decisão seja divulgada hoje, no "Diário da Justiça".

19 NOV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## PALAVRA DE ESTUDANTE

### Você gosta das aulas sobre a cultura negra?

Fotos: Gustavo Carneiro

"Eu gosto de ouvir as histórias que a professora conta e elas são diferentes das que ouço em casa. Gostei também de brincar no pátio com as Cinco Marias e a peteca. E a minha casa de barro está ficando bonita."

**Matheus Astum,**  
4 anos



"As aulas são legais e no teatro da origem dos tambores fui um dos macaquinhos. Acho que todo mundo tem que se respeitar e tenho vários amigos negros. E não sabia que o continente africano era tão grande."

**Samuel Carlos Oliveira Souza,**  
5 anos



"Gostei muito de aprender sobre o Dr. King, que defendeu a liberdade dos negros e os direitos das mulheres, e a Tia Ciata. Eu tenho um amigo negro na minha rua que gosto bastante dele. Acho legal ouvir samba e gostaria de conhecer a África."

**Isadora de Lima,**  
5 anos



"Eu adorei conhecer a lenda da origem dos tambores, dos macaquinhos de nariz branco, e a história da Tia Ciata, coisas que ouvi pela primeira vez. Aqui a gente aprende que o respeito é muito importante e tenho amigos negros na minha rua."

**Sara Lawani Mesquita Fernandes,**  
5 anos



19 NOV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Direito à privacidade e liberdade de expressão

Hubert Alquéres

Nas democracias, após o estabelecimento do contraditório, a mudança de opinião não é demérito. Ao contrário, é indicativa de sabedoria e humildade daqueles que têm capacidade de ouvir, refletir e avançar. É com tal olhar que devem ser avaliadas as atitudes recentes dos integrantes do "Procure Saber": a decisão de Roberto Carlos de sair desse grupo; e o depoimento em vídeo (<http://www.youtube.com/watch?v=j76YMPHFHEY&feature=youtu.be>) de Gilberto Gil, Erasmo Carlos e Roberto Carlos, no qual sugerem uma nova posição quanto às biografias não autorizadas.

Anteriormente, Gil, Erasmo e Roberto, junto com Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso e outros, defendiam a censura prévia dessas obras, insistindo em apoiar o artigo 20 do Código Civil, que estabelece: "Os retratados podem proibir uma biografia se considerarem que lhes atinge a honra, a boa fama ou a respeitabilidade (...) ou se destinar-se a fins comerciais".

Ao reconhecerem agora a plena liberdade de expressão, assegurada pelo artigo 220 da Constituição, os três compositores e músicos evidenciam que a postura anterior foi um ponto fora da curva em sua trajetória de contribuições à cultura brasileira. Ademais, alguns, como Gil, fizeram de sua arte uma trincheira e, a seu modo, travaram o bom combate contra a ditadura militar. Mais ainda: eles próprios foram vítimas da censura prévia. Portanto, quanto mais cedo se reconciliarem com sua própria história, melhor para a democracia e o País.

A batalha pela plena liberdade de expressão é permanente. No caso das biografias não autorizadas urge a revogação do dispositivo 20 do Código Civil, uma excrescência autoritária. Se estivesse em vigor no ano 2000, os brasileiros provavelmente não teriam acesso à história do delegado Sérgio Fleury, torturador e chefe do esquadrão da morte, ou a livros como "Autopsia do Medo", do jornalista Percival de Souza. Por sorte, a reforma do Código foi em 2001.

Na recente Feira Internacional do Livro de Frankfurt, o escritor Laurentino Gomes fez uma afirmação sobre a qual devemos refletir: "Essa situação ameaça transformar o Brasil no paraíso da biografia chapa-branca, aquela que só é publicada mediante autorização prévia". Tais obras, ditas apoloéticas, sempre frutificaram em regimes ditatoriais. No Estado Novo, Getúlio Vargas encomendou várias... Mesmo quando não são manipulados politicamente, esses livros podem sonegar aos leitores fatos relevantes da vida de uma personalidade, pois tendem a ser "seletivos". Assim, ainda que tenham valor documental, são unilaterais e incompletos.

Fui presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. À época, ampliei o estatuto social da empresa para que ela também pudesse ser editora, tendo como um dos objetivos a publicação de livros que contribuíssem para a recuperação da memória brasileira. Dentro dessa linha editorial lançamos diversas biografias com reconhecida contribuição para a análise e reflexão de aspectos recentes de nossa história.

O carro chefe foi a Coleção Aplauso, com mais de 200 biografias de personalidades como Fernanda Montenegro, Liam Lemmertz, Tatiana Belinky, Carlos Reichembach, Walmor Chagas e Gianfrancesco Guarnieri. Como eram autorizadas, dávamos a liberdade ao retratado de escolher o jornalista que faria o texto. A grande maioria falou sem ressalvas. Outros se negaram a falar sobre "assuntos pessoais". Nos casos extremos, recusamos a publicação, e todos perdemos obras que poderiam ser relevantes fontes de informações.

A vida nos ensina que os problemas da democracia se resolvem com mais democracia. Daí a convicção de que a preservação do direito à privacidade não pode ter como preço o sacrifício da liberdade de expressão.

**A preservação do direito à privacidade não pode ter como preço o sacrifício da liberdade de expressão**

**HUBERT ALQUÉRES**

é vice-presidente de comunicação da Câmara Brasileira do Livro (CBL)

19 NOV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-prefeito é condenado em ação que envolve Sanguessugas

**Luís Fernando Wilteburg**

*Reportagem Local*

O ex-prefeito de Figueira (Norte Pineiro) Jaime Higino dos Santos foi condenado pela Justiça Federal pela aquisição de uma ambulância no início de sua primeira gestão (2001-2004) sem o devido processo licitatório. O veículo foi adquirido por R\$ 48 mil da empresa "Saúde Sobre Rodas", que tem envolvimento com a Máfia dos Sanguessugas.

Além de Higino, também foram condenados por improbidade administrativa a empresa e seu dono, Silvestre Domanski. No despacho, o juiz Décio José da Silva penaliza Higino e Domanski com a perda dos direitos políticos por três anos após o trânsito em julgado e ao pagamento, junto com a empresa, de multa que chegã, segundo a assessoria do tribunal, a R\$ 144 mil para cada um dos condenados.

Apesar da empresa que figura na ação, o caso não se enquadra na Máfia dos Sanguessugas. O escândalo veio à tona em 2006 – cinco anos após a aquisição do veículo em questão – e consistia em uma quadrilha que desviava dinheiro público com a venda de ambulâncias a prefeituras com valores superfaturados.

A aquisição era feita com a liberação de emendas parlamentares individuais. Porém, o juiz avaliou que não houve enriquecimento ilícito no caso de Figueira.

Nos autos, o ex-prefeito alega que dispensou a licitação na compra da ambulância devido à precariedade dos veículos do município. A empresa e Domanski alegaram que participaram de carta convite, mas o Ministério Público Federal, autor da ação, comprovou que a ata de tal reunião ocorreu dois dias após a aquisição.

A FOLHA procurou Higino ontem por um telefone referente à cidade de Osasco, mas ninguém atendeu a ligação. A reportagem também não conseguiu localizar Domanski ou a "Saúde Sobre Rodas".

## Naquela cela está faltando ele

Pelas evidências de sua  
participação, seria  
perfeitamente razoável  
incluir Lula na denúncia

**C**om uma frase enganosa, e certamente errada, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva externou solidariedade aos criminosos de seu grupo íntimo que foram condenados no processo do mensalão e levados para o merecido lugar: a cadeia. Vários jornais publicam na primeira página que Lula ligou para esses aliados, no momento em que eram conduzidos ao cárcere, e afirmou: “Estamos juntos”. A frase é mentirosa e está errada porque, se fosse prevalecer a verdade, certamente seria: “Deveríamos estar juntos”.

Quando teve início a Ação Penal 470, e dinheiro público era desviado debaixo do nariz do ex-presidente para comprar apoio político no Congresso Nacional e também para outras finalidades ainda piores, ele procurou difundir a versão de que não sabia de nada, não viu nada. Esses desvios de milhões, conforme ficou claro no processo do mensalão, eram praticados por pessoas de seu círculo íntimo, que entravam e saíam de seu gabinete a toda hora, sem ao menos ter de pedir licença. Eram o seu chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do PT, José Genoino, o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e outros.

Como o grupo tinha gabinete ao lado de Lula, naquele lugar preservado e íntimo, só uma pessoa acreditou que o ex-presidente não sabia de nada, não viu nada: o então procurador-geral da República. Apesar das evidências e do que diz a

legislação penal, ele praticamente absolveu Lula (ato que é privativo do Judiciário) e o deixou de fora do processo.

Seria perfeitamente razoável incluí-lo na denúncia, pelas evidências de sua participação, e deixar que o Judiciário tomasse a decisão cabível. O Código Penal brasileiro é claro ao afirmar que existe crime tanto por ação como por omissão, tornando certo, quanto à omissão, que “*é penalmente relevante quando o omisso devia e podia agir para evitar o resultado*” (artigo 13, parágrafo II).

A Constituição federal, por sua vez, no artigo 102, I, b), confere ao Supremo Tribunal Federal a necessária competência para julgar o presidente da República nas infrações penais comuns. A Corte ficou privada do dever de aferir a responsabilidade do ex-presidente – e isso milhões de brasileiros lamentam.

Como era de Lula a obrigação de cuidado, proteção e vigilância das leis e da Constituição, pois jurou cumpri-las, ficou evidente que, ao se omitir, criou o risco e concorreu para o resultado. Sua responsabilidade, diria Nelson Rodrigues, é “ululante”, porque não dá para imaginar que toda a roubalheira ocorria ao seu lado sem ele nada saber.

Mas a ação penal acabou proposta sem incluí-lo, mostrando que nessa conduta houve uma acomodação que não é típica do Ministério Público (MP). A exclusão de Lula deveria ser ato privativo do Judiciário, e não do MP.

Curiosamente, dias atrás, quando o Supremo debatia o início de execução das penas no processo do mensalão, outra atitude do MP, bastante estranha, chamou a atenção e sugeriu a ocorrência de ação entre aliados destinada a impedir a realização do julgamento. O País fora informado pelos jornais, rádios e televisões de que seria realizada no dia 13 de novembro a sessão de fixação e cumprimento das penas. Mas, embora isso já estivesse público, no início da noite anterior, quando se encerrava o expediente, o atual procurador-geral deu entrada a uma petição em que requeria exatamente o que a Corte se reuniria para dispor: a execução das penas.

Ora, com a sessão já estava marcada para essa finalidade, tal requerimento se tornava absolutamente dispensável e desnecessário. Pareceu, portanto, um ato errado, mas inocente. Depois se verificou que não era bem assim, porque a petição tinha endereço certo: a pretexto de exigir a execução das penas, ela se prestava a adiar o julgamento por mais alguns meses.

Não fosse a firmeza do presidente do Supremo e relator do processo, Joaquim Barbosa, teria sido aberto prazo para que os advogados pudessem contraditá-la, adiando o julgamento. Somente um dos ministros pareceu ter conhecimento prévio de sua existência, Ricardo Lewandowski. E vem daí a desconfiança, porque, em suas manifestações no caso do mensalão, ele sempre pendeu em favor de José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares.

**CONTINUA**

19 NOV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Aberta a sessão, esse ministro, com todo o seu fôlego, passou a martelar nos ouvidos de todos que se impunha abrir prazo para que os advogados tomassem ciência da petição, caso contrário restaria nos autos uma nulidade, por infração aos princípios do contraditório e do devido processo legal. Ao seu estilo, bastante inflamado, mostrou-se indignado por não ser aberta vista aos advogados, para que se manifestassem sobre o pedido do MP.

Foi ajudado nessa defesa pelo ministro Marco Aurélio Mello, que demonstrava estar muito irritado com o presidente Joaquim Barbosa. Naquele momento, aceitar os argumentos de Lewandowski e Marco Aurélio significaria fazer o que os condenados mais desejavam: empurrar com a barriga o julgamento por mais alguns meses. As duas ministras, com alguma ironia, estranharam a discussão e ponderaram que apenas tiveram conhecimento da petição do MP pelos jornais.

Nesse clima, em que crescia a ideia de uma ação entre aliados, o ministro Gilmar Mendes bateu pesado, com críticas às demoras anteriormente ocorridas, por força de manobras. Mas foi o relator e presidente, ministro Joaquim Barbosa, quem mais fez força para superar a irritação decorrente da manobra – chegando a perder o equilíbrio, em determinado momento, usando expressões inadequadas.

No fim, a contribuição do Ministério Público e a defesa inflamada de Lewandowski mostraram-se inúteis, porque a petição acabou ignorada e o início da execução das penas restou aprovado. Sobrou a lição.

●  
DESEMBARGADOR APOSENTADO  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE SÃO PAULO. E-MAIL:  
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

19 NOV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

# PSDB 'esconde'

# Azeredo e elogia

# atuação do STF

Em ato tucano, Aécio e Fernando Henrique criticaram o PT e os presos no mensalão; réu no mensalão mineiro, ex-governador não compareceu

**José Maria Tomazela**  
**Gustavo Porto**  
ENVIADOS ESPECIAIS  
POÇOS DE CALDAS (MG)

Réu em ação penal do chamado mensalão mineiro, o deputado federal Eduardo Azeredo (MG) não participou ontem de um evento do PSDB no qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Aécio Neves (MG) fizeram duras críticas ao PT e aos petistas presos por envolvimento com o mensalão federal.

O evento intitulado "Federação Já", que reuniu em Poços de Caldas, no sul de Minas, oito governadores tucanos e as principais lideranças do PSDB, se transformou num ato de apoio à candidatura de Aécio ao Palácio do Planalto em 2014. Ex-governador de Minas, ex-presidente nacional do PSDB, Azeredo não compareceu. O atual deputado federal é réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal, acusado de envolvimento num esquema de financiamento ilegal de sua campanha à reeleição para o governo mineiro, em 1998.

Azeredo compareceu a eventos recentes do PSDB no Estado. Esteve, por exemplo, no encontro realizado em Uberlândia, em outubro, e na posse do ex-ministro Pimenta da Veiga na seção mineira do Instituto Teotônio Vilela, em agosto.

Nos discursos em Poços de Caldas, Fernando Henrique e Aécio se revezaram nos ataques ao PT e aos condenados no mensalão. "Estamos num momento em que as es-

**'Desfaçatez'**  
"Aqueles que foram alcançados (pela Justiça) tentam transformá-la num instrumento de uma revolução que não fizeram"  
**Fernando Henrique Cardoso**  
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

truturas políticas perderam a credibilidade porque aqueles que hoje exercem o papel maior na República não souberam honrar com a confiança que o povo depositou neles e transformaram-se em negociatas e, em nome de transformar o Brasil, transformaram suas próprias vidas", disse o ex-presidente. "Hoje vejo que a Justiça começa a se fazer", completou FHC.

**Decisão política.** Aécio disse que o PSDB não "comemora prisões, o sofrimento de quem quer que seja, por mais radical que seja o adversário". "Porém, lamento que o presidente do PT confunda decisão da Suprema Corte com decisão política", disse, numa referência à afirmação do presidente nacional do PT, Rui Falcão, de que as prisões foram políticas. "Não contribui para a democracia um partido querer transformar esse caso em fato político."

Presidente nacional do PSDB, Aécio, contudo, evitou falar sobre o mensalão mineiro e sobre a ausência de Azeredo no ato. Ao ser perguntado, disse que "a lei vale para todos" e encerrou a entrevista. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, evitou o assunto quando questionado sobre possíveis implicações da prisão dos condenados no mensalão nas ações penais resultantes da denúncia envolvendo a campanha de Azeredo em 1998. "Não é questão político-partidária, é institucional", afirmou.

O Estado não conseguiu contato ontem com Azeredo.

19 NOV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

# Após pressão, petistas são transferidos

Juiz determina ida de Dirceu, Genoino e Delúbio para o semiaberto; antes, Lula e ministro da Justiça criticaram situação imposta aos aliados

**Mariângela Gallucci**  
**Débora Álvares** / BRASÍLIA  
**Pedro Venceslau**

O ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares foram transferidos ontem para o regime semiaberto de prisão. A decisão foi tomada pelo juiz Ademir Silva de Vasconcelos, da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A medida foi anunciada ao fim de um dia marcado por críticas de altos dirigentes do PT ao fato de os condenados estarem em prisão fechada, mesmo tendo direito ao regime semiaberto.

Dirceu e Genoino se apresentaram à Polícia Federal na sexta-feira passada. Delúbio se entregou no sábado. Desde então, os três estavam provisoriamente numa prisão em regime fechado na Papuda. Eles foram transferidos com o ex-tesoureiro do PL (atual PR) Jacinto Lamas e o ex-deputado federal (PTB-MG) Romeu Queiroz para o Centro de Internamento e Reeducação (CIR), também na Papuda, sem benefícios externos, até a homologação desses pedidos pelo juiz.

Os empresários condenados Marcos Valério; Cristiano Paz; José Roberto Salgado e Ramon Hollerbach continuarão na Papuda no regime fechado – todos têm pena maior que oito anos, o que leva ao regime sem benefícios, como, por exemplo, trabalhar de dia fora da cadeia.

Os advogados de Delúbio,

● **!legal!**

“É absolutamente incorreto e, a meu ver, ilegal que alguém venha a cumprir uma pena em uma situação mais danosa”

**José Eduardo Cardozo**

MINISTRO DA JUSTIÇA

ceu e Genoino devem entrar hoje com pedido para que eles sejam transferidos do CIR, no complexo da Papuda, para o Centro de Progressão Penitenciária (CPP), no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), também no Distrito Federal. O CPP é destinado ao recebimento de sentenciados em regime semiaberto de cumprimento de pena e que já tenham efetivamente implementado os benefícios legais de trabalho externo e de saídas temporárias.

Tanto Dirceu quanto Delúbio poderão ter suas penas aumentadas caso o STF confirme, em novo julgamento, sua condenação por formação de quadrilha. Isso os levará ao regime fechado.

Horas antes da transferência, o diretório nacional do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, saíram em defesa da mudança do regime para o semiaberto. “Estou aguardando que a lei seja cumprida e, quem sabe, que eles fiquem em regime semiaberto” disse Lula em São Paulo. Ex-chefe da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins, que acompanhava Lula, foi mais enfático: “Quem julga também será julgado”. Cardozo considerou, em entrevista concedida a uma rádio em Porto Alegre, “incorreta” e “ilegal” a prisão em regime fechado.

19 NOV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

**ANÁLISE:** José Roberto Franco Xavier

## A prisão e a justiça social



Há razoável consenso entre analistas em que a Ação Penal 470 é um marco. O julgamento chegou a um desfecho incomum: condenação e prisão de figuras de alto calibre político, o que não poderia ser compreendido de

outra forma que não o prenúncio de uma Justiça mais democrática. Mas há também prejuízos. Para alguns, reforçar a resposta prisional é um atraso civilizatório.

Há meios mais eficazes de responsabilização, como perda dos direitos políticos, restrição nas atividades profissionais, sanções pecuniárias e até trabalhos comunitários. Mas isso soa ao senso comum como insuficiente. A pena deve fazer sofrer. E aqui reside a questão central.

Se desejamos viver em uma sociedade democrática, temos que fazer mais do que manter eleições e garantir direitos de propriedade. Precisamos respeitar a dignidade mesmo daqueles que infringem as regras. Talvez soe inoportuna a crítica à prisão agora que a “democratizamos”. Porém, é uma boa oportunidade para reforçar uma mensagem: prisões são locais de extrema degradação e é sempre tempo de abandoná-la como primeira opção para réus de qualquer crime.

## Nem tudo é o que parece

Existe bastante diferença entre o caso **Salvatore Cacciola** e o caso **Henrique Pizzolato**. A condenação do petista no STF é definitiva. Já a sentença de Cacciola ainda não transitou em julgado.

Por que, então, ficou preso de 2007 a 2011? Ação preventiva da Justiça. Em 2000, o banqueiro fugiu para a Itália, depois de passar 37 dias detido. Conseguiu habeas corpus e sumiu. Sua condenação a 13 anos de prisão, em primeira instância, só se deu em 2005. Com ele, outros sete foram condenados e... nunca presos. Têm direito a esperar sentença final em liberdade.

## Na veia

Ontem, antes de decidir pela ida de **Dirceu, Genoio e Delúbio** para o regime semiaberto, o juiz **Ademar de Vasconcelos**, da Vara de Execuções Penais do DF, passou mal. Uma médica teve de ser chamada às pressas. Sua pressão chegou a 17 por 10.



PESQUISADOR DE PÓS-DOUTORADO NA DIREITO GV

BEM PARANÁ 19 NOV 2013

# STF nega liminar para feriado em Curitiba

Ministro Gilmar Mendes mantém decisão do TJ-PR que suspendeu a data municipal

## STF decide manter suspensão do feriado em Curitiba

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem não conceder o recurso apresentado pela Câmara de Vereadores de Curitiba que tentava manter o feriado do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Com isso, fica mantida a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que concedeu uma liminar à Associação Comercial do Paraná (ACP), para impedir o feriado. De acordo com o ministro, a decisão foi tomada porque é preciso mais tempo para estudar o caso e analisar a lei municipal que instituiu o feriado na capital paranaense.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem por não conceder o recurso apresentado pela Câmara de Vereadores de Curitiba que tentava manter o feriado do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Fica mantida então a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que concedeu uma liminar à Associação Comercial do Paraná (ACP), para impedir o feriado.

O ministro argumentou em sua decisão que o caso necessita de maior análise, portanto a negativa da liminar. Ontem, o presidente da Câmara de Curitiba, Paulo Salamuni, e o o diretor da Procuradoria Jurídica da Casa, Rodrigo Baptista, chegaram a viajar a Brasília para conversar com ministro e defender a legalidade do feriado.

Mas quando desembarcaram na Capital Federal no começo da noite foram surpreendidos com a notícia de que o ministro já havia negado a liminar.

**Comemoração** — O Dia da Consciência Negra em Curitiba será comemorado mesmo sem que seja feriado municipal. A programação previamente agendada está mantida para a Praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho.

Ontem, os vereadores de Curitiba aprovaram ponto facultativo para a data em protesto à suspensão do feriado.

A praça Zumbi dos Palmares foi escolhida como local da comemoração, a partir das 8h30. No local também existe o Memorial Africano, no qual o mapa da África apresenta todos os países africanos. O evento será aberto pela Banda Lyra e contará com apresentações musicais, capoeira e outras atividades relativas a questão afro-brasileira. As ações seguem até o final da tarde.

Na Capital, o mês da Consciência Negra vai ter atividades até o dia 7 de dezembro.

19 NOV 2013

**BEMPARANÁ**

**KARLOS  
KOHLBACH**

**Do STJ para a política**

Nos bastidores do Poder Judiciário em Brasília, comenta-se que já está tudo acertado entre o PSB do governador de Pernambuco Eduardo Campos e ministra do STJ e ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça, **Eliana Calmon**, para o ingresso dela no partido para disputar a eleição em 2014. Eliana deixaria as funções no STJ em dezembro para se filiar até abril de 2014 no PSB e, assim, concorrer a uma vaga no Senado Federal.

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Vereador defende feriado da Consciência Negra no STF

Após decretar ponto facultativo quarta-feira (20) na Câmara Municipal, o presidente do Legislativo, vereador Paulo Salamuni (PV), anunciou que ele e o diretor da Procuradoria Jurídica, Rodrigo Baptista, estão em Brasília para conversar com Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo, esclareceu Salamuni no início da sessão plenária, é defender a legalidade do feriado municipal do Dia da Consciência Negra.

A lei promulgada pela Câmara Municipal neste ano, prevê que anualmente a data de 20 de novembro seja feriado em Curitiba, dentro da política local de combate ao racismo. Contudo, a Associação Comercial do Paraná (ACP) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) ingressaram com uma ação na Justiça Estadual e obtiveram, no Tribunal de Justiça (TJ), uma liminar que suspende o feriado.

# 19 NOV 2013

## Notas políticas

### sem feriado

O órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu ontem liminar que suspende o feriado do Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, em Londrina. A decisão atende à ação proposta pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep). Com a liminar, o comércio e a indústria do município poderão funcionar normalmente.



Integrantes do movimento negro fizeram protesto em frente ao TJ

## Mês da Consciência Negra terá atividades políticas e culturais

A praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho, foi escolhida como local da comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, nesta quarta-feira (20), a partir das 8h30. A Praça lembra a história de Zumbi dos Palmares, último líder do Quilombo dos Palmares, instalado em Pernambuco, e que foi o maior dos quilombos no período colonial. No local também existe o Memorial Africano, no qual o mapa da África apresenta todos os países africanos.

O evento será aberto pela Banda Lyra e con-



tará com apresentações musicais, capoeira e outras atividades relativas a questão afro-brasileira. O prefeito Gustavo Fruet participa da abertura da atividade.

O Mês da Consciência Negra prossegue até o próximo dia 07 de dezembro com uma série de atividades, como eventos culturais e atividades relacionadas à política étnica.

19 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Barbosa pôs vida de Genoino em risco, diz PT

Diretório Nacional ataca 'prisão arbitrária' e afirma que ex-integrantes da cúpula petista têm direito ao regime semiaberto

**Partido afirma que espetáculo 'condenável' foi parte de uma 'ação orquestrada' destinada a favorecer a oposição**

O PT disse ontem que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, permitiu um "espetáculo condenável" e colocou em risco a vida do deputado licenciado José Genoino (PT-SP) ao expedir os mandados de prisão dos condenados do mensalão sem especificar os regimes das penas.

O Diretório Nacional da sigla se reuniu durante todo o dia em São Paulo. No final da tarde, divulgou nota criticando a "prisão arbitrária de companheiros petistas", que considerou parte de uma "ação orquestrada" destinada a favorecer a oposição.

O texto foi publicado depois de a Justiça do Distrito Federal ter decidido que Genoino, o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro Delúbio Soares, detidos desde o feriado de 15 de Novembro no Complexo Penitenciário da Papuda, poderiam ser transferidos ao regime semiaberto.

No início da tarde, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia defendido que "a lei fosse cumprida" e que os petistas presos tivessem direito ao regime semiaberto.

Genoino sentiu palpitações e dores no peito no último sábado, após ter sido transferido de avião de São

Paulo para a Papuda, em Brasília, com uma escala em Belo Horizonte para buscar outros réus presos. Em julho, ele fez uma cirurgia para a dissecação da artéria aorta.

"O mandado de prisão expedido pelo presidente do STF, ao não especificar o regime de cumprimento das penas, além de propiciar um espetáculo indesejado e condenável, desrespeitou direitos dos companheiros e ainda colocou em risco a vida do deputado José Genoino, cardiopata recém-operado", disse o diretório do PT em nota.

O partido reafirmou o que seu presidente nacional, Rui Falcão, havia dito na sexta passada, quando Dirceu e Genoino se entregaram à Polícia Federal, em São Paulo.

"A prisão arbitrária de companheiros petistas, sem que seus recursos tivessem sido julgados, foi mais um casuísmo jurídico. Mais que isso, constitui grave violação ao instituto do direito de defesa, princípio fundamental no Estado democrático de direito", disse o texto.

A direção petista afirmou que os integrantes de sua antiga cúpula estão sendo vítimas de "uma tentativa de linchamento moral, que visa, também, criminalizar o PT e influir na disputa eleitoral". O partido criticou a imprensa e disse que as prisões retomam a linha de atuação da oposição, que contaria com a "simpatia" de "altos funcionários do aparelho judicial e do Ministério Público".

O PT também acusou a oposição de fazer terrorismo econômico junto à população para impedir a reeleição da presidente Dilma Rousseff e incluiu entre os adversários, além de PSDB, DEM e PPS, a "recente articulação pretensamente de terceira via, encabeçada pela maioria do PSB" —referência à aliança entre o ex-aliado petista Eduardo Campos, presidente da sigla socialista, e a ex-senadora Marina Silva. (016-GENES CAMPANHA)

19 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Dirceu, Genoino e Delúbio vão dividir a mesma cela

Condenados petistas são transferidos para nova unidade em presídio de Brasília

**Advogados agora devem pedir transferência para Estados de origem e autorização para trabalhar fora da cadeia**

DE BRASÍLIA

Dois dias após chegar a Brasília para cumprir as penas recebidas por causa de sua participação no esquema do mensalão, os 11 condenados do processo entraram ontem no sistema prisional.

A partir de agora, a Justiça poderá analisar os recursos que eles apresentarão para voltar a seus Estados e conseguir permissão para trabalhar fora da prisão de dia, uma possibilidade para os que estão no regime semiaberto.

Este é o caso do ex-ministro José Dirceu, do deputado licenciado José Genoino (PT-SP) e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Os três agora dividirão uma cela no Centro de Internamento e Reeducação, ala do Complexo Pe-

nitenciário da Papuda destinada a detentos do semiaberto ainda sem autorização para trabalhar fora da cadeia.

Outros dois condenados, o ex-deputado federal Romeu Queiroz e o ex-tesoureiro do PL (hoje PR) Jacinto Lamas, também estão neste grupo.

O operador do mensalão, Marcos Valério Fernandes de Souza, e outros três presos em regime fechado ficarão numa das duas penitenciárias da Papuda, junto com outros detentos. As duas mulheres do grupo, também condenadas a regime fechado, irão para o Presídio Feminino do Gama.

A decisão foi do juiz Ademar de Vasconcelos, titular da Vara de Execução Penal do Distrito Federal.

No local para o qual os petistas foram transferidos, que abriga 1.500 detentos, os condenados podem trabalhar para reduzir sua pena, se quiserem. É um dia a menos para cada três trabalhados. Há oficinas de marcenaria, lanternagem e funilaria de automóveis e trabalhos agrícolas.

Eles podem circular durante o dia — no regime fechado, só haveria o banho de sol de duas horas diárias, como os petistas tiveram ontem, vestidos com uniformes brancos fornecidos pela Papuda.

Com isso acaba a polêmica fase inicial do cumprimento da pena dos condenados do mensalão. Como os presos ficaram o fim de semana todo sob custódia provisória da PF, os homens em outra unidade na Papuda e as mulheres na sede da PF, seus advogados acusaram o STF de cometer ilegalidades na prisão.

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF e relator do caso, expediu as cartas de sentença na madrugada de domingo. O juiz Vasconcelos, designado por ele para encaminhar os presos, então passou o domingo e ontem preparando a execução da pena, determinando para onde cada condenado iria. (MATHEUS LEITÃO, MARIANA HAUBERT, SEVERINO MOTTA E FILIPE COUTINHO)

19 NOV 2013

# FOLHA DE S. PAULO ↓ Mensalão tucano fica para início de 2014

Expectativa no gabinete de Luís Roberto Barroso é que o caso seja julgado no primeiro semestre do ano que vem

## Deputado é acusado de desviar dinheiro público para financiar campanha a governador de Minas Gerais em 98

THAIS BILENKY  
DE SÃO PAULO

O mensalão tucano poderá ser julgado ainda no primeiro semestre de 2014. Segundo apurou a **Folha**, essa é a expectativa no gabinete do ministro Luís Roberto Barroso, o relator do processo no STF (Supremo Tribunal Federal).

Diretamente consultado, Barroso evitou comprometer-se com prazo. "Vou julgar o mais rápido que o devido processo legal permitir", disse.

O mensalão tucano, segundo a descrição do Ministério Público Federal, foi um esquema de desvio de dinheiro de empresas públicas de Minas Gerais para financiar a reeleição do então governador Eduardo Azeredo (PSDB) na eleição de 1998.

Apesar de os fatos descritos terem ocorrido antes, o caso só veio a tona depois da denúncia do mensalão petista (2005). Foi quando o nome do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza começou a ser citado como um dos operadores do esquema petista.

Valério também seria um dos personagens centrais do suposto esquema mineiro.

Segundo a acusação, duas estatais (Copasa e Comig) e um banco público (Bemge) repassaram, com aval de Azeredo, R\$ 3,5 milhões em patrocínio a três eventos esportivos promovidos pela SMPB, uma das agências de Valério.

Para disfarçar o uso desse dinheiro na campanha do PSDB, Valério teria feito empréstimos fraudulentos de R\$ 11 milhões no Banco Rural, o mesmo que apareceria depois no mensalão petista.

Para alguns, o mensalão tucano teria servido de modelo para o esquema petista.

Azeredo, hoje deputado federal, acabou perdendo a disputa de 1998 pelo governo mineiro para o ex-presidente Itamar Franco (PMDB).

### TRÂMITE

O julgamento do suposto desvio de recursos públicos em Minas está dividido em duas ações penais e um inquérito, que corre em segredo de Justiça.

A primeira ação penal é contra Azeredo. A segunda é contra o hoje senador Clésio Andrade (PMDB-MG), então candidato a vice na chapa tucana de 1998.

A defesa de Azeredo tem até a próxima sexta-feira, 22, para pedir diligências (providências do relator). Barroso poderá aceitá-las ou não.

Depois, o relator abrirá prazo para as alegações finais da defesa de Azeredo e do Ministério Público Federal.

Caso ele não requeira novas provas, poderá então elaborar o relatório e enviá-lo ao revisor, Celso de Mello.

Com o voto feito, o revisor encaminha o caso ao presidente do Supremo, que definirá a data em que a ação será posta na pauta do plenário.

O mandato de Joaquim Barbosa na presidência do Supremo termina em novembro de

2014. O próximo presidente será Ricardo Lewandowski.

A ação contra Andrade está pendente no Ministério Público, por conta de uma testemunha que ainda não foi ouvida. Será preciso que o órgão defina se a substituirá ou se desistirá para que Barroso dê continuidade ao andamento da ação.

19 NOV 2013

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## MOMENTO ELEITORAL

Marco Aurélio Mello, que assume hoje a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), deixará fora de seu discurso de posse a prisão dos réus do mensalão. “Não devemos tripudiar de quem já está numa condição inferior. E eles estão, porque foram presos”, diz. O também ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), que pretende exaltar em sua fala o papel do eleitor, discorda da forma como a corte determinou as detenções.

### **FREIO**

Para Mello, foi um erro a expedição dos mandados sem as cartas de sentença, que determinam o regime ao qual o condenado está designado. A decisão foi do presidente do STF, Joaquim Barbosa. A medida, diz, deu um caráter provisório às prisões até ontem. Mello também revela “perplexidade” com o transporte dos condenados para Brasília, já que a lei determina o cumprimento da pena próximo ao domicílio. “Não entendo essa pressa toda. Não havia nenhum tipo de risco.”

19 NOV 2013

# TRIBUNA DO PARANÁ

# A ÚLTIMA CARTADA

Cahuê Miranda  
cmiranda@tribunadoparana.com.br

## Vereador vai ao Supremo defender feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares

**N**a véspera do Dia da Consciência Negra, a Câmara de Curitiba tenta hoje a última cartada para derrubar a liminar que suspendeu o feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares. O presidente da Casa, vereador Paulo Salamuni (PV), foi a Brasília para se reunir com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Mendes é o relator da ação de reclamação movida pela Câmara contra a decisão do Tribunal de Justiça que concedeu liminar à Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon). As entidades contestam a validade da lei que instituiu o feriado e alegam que a comemoração causaria prejuízo de R\$ 160 milhões à economia do município.

Salamuni viajou a Brasília ontem, acompanhado do diretor da Procuradoria Jurídica da Câmara, Rodrigo Baptista. Eles pretendem apresentar pessoalmente a Mendes os argumentos contidos na reclamação, apresentada na quarta-feira. O legislativo municipal defende que só o STF tem competência para julgar a constitucionalidade de uma lei e pede a cassação da liminar. "Vamos defender a legitimida-

de constitucional da lei do Dia da Consciência Negra. Na dúvida, que prevaleça a vontade dos representantes eleitos pelo povo, que votaram e aprovaram essa lei na Câmara Municipal", afirma Salamuni.

### COMEMORAÇÃO

O encontro entre Mendes e Salamuni não tinha horário confirmado até o início da noite de ontem. Mas a decisão do STF não depende da reunião e pode ser proferida a qualquer momento. A expectativa é que o ministro se pronuncie ainda hoje, para que o feriado possa ser efetivado ainda neste ano em Curitiba. A Câmara decretou ponto facultativo para os funcionários da Casa amanhã. Independentemente do feriado, atividades em comemoração ao Dia da Consciência Negra serão realizadas a partir das 9h de amanhã, na Praça Zumbi dos Palmares, no Capão Raso; Praça Nossa Senhora da Salete, no Centro Cívico, e na Boca Maldita.

19 NOV 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedro  
Washington

### PanoramaPolítico

#### REPÚBLICA (AINDA) DE FACHADA

*Talvez pela coincidência da comemoração de sua proclamação, várias situações brasileiras alternaram as avaliações sobre o desenvolvimento do país nestes 124 anos de República. Entre idas e vindas, certamente um saldo pouco representativo na medida em que, no aspecto político, muito terreno resta a ser conquistado para que nos tornemos um exemplo de regime democrático. Democracia que por várias vezes sofreu interrupções, dando margem a longos períodos de ditadura. A cada reinício, novas idéias do regime anterior incorporadas. Com o agravante de a cada vez, distanciarem mais o brasileiro da representação política. Ocorrem espasmos de redemocratização como a decisão do STF, depois de tumultuada sessão, determinar a prisão imediata de todos os que têm penas a cumprir, situação que já se imaginava, não ocorreria. Ponto para um poder Judiciário que, além disso, atingido por punições oportunas impostas pelo CNJ, aos poucos tenta recuperar parcialmente seu conceito que andava em baixa. Em contrapartida, no Legislativo, vota-se uma mini-reforma eleitoral que em nada colaborará para a melhoria dos costumes políticos. Ao revés. Comprovará o corporativismo das Casas de Leis nacionais, na contramão das manifestações populares. Enquanto isso, o Executivo aumenta seu poder, fugindo ao preceito constitucional de independência dos demais, concentrando recursos e decisões. As próprias reações esboçadas em Brasília pelo Legislativo em atitudes de rebeldia, nos últimos dias, são a comprovação disso. Definitivamente o caminho incerto para uma República que se consolide como tal.*

#### Roseli Abrão Pela 3ª vez

O ministro Marco Aurélio de Mello assume nesta terça-feira a presidência do Tribunal Federal. É um fato inédito porque esta será a terceira vez que estará à frente da Justiça Eleitoral. O vice-presidente será o ministro Dias Toffoli.

Marco Aurélio assume no lugar da ministra Cármen Lúcia, que presidiu o TSE nos últimos dois anos.

O site do TSE destaca que, como presidente da Corte, o ministro Marco Aurélio já comandou duas eleições: a municipal de 1996 e a presidencial de 2006.

#### Almofadas...

A informação está no site Contas Abertas: O Superior Tribunal de Justiça reservou 1,5 mil reais para a compra de 12 almofadas (modelo japonês) para meditação.

Segundo o site, os objetos, do tipo zafu, são tradicionalmente em formato redondo, em algodão, sem zíper, com alça lateral e na cor preta e, segundo a assessoria da Corte, os materiais serão usados em oficinas promovidas pela Seção de Assistência Psicossocial do STJ.

#### ... para meditação

Segundo ainda o Contas Abertas, no Supremo Tribunal Federal – que determinou o cumprimento imediato das penas para quem não tem punições pendentes de julgamento de embargos infringentes no caso Mensalão – a preparação parece ser para a “guerra”.

O STF contratou empresa para prestar serviço de locação de veículos blindados, com quilometragem livre e sem motorista. O custo da preocupação com a segurança da pasta será de R\$ 39,2 mil.